

## **A crítica literária e a literatura produzida por mulheres no Brasil do final do século XIX a meados do século XX**

### **Literary criticism and literature produced by women in Brazil from the late 19<sup>th</sup> Century to mid 20<sup>th</sup> Century**

Carlos Eduardo Millen Grosso\*

**Resumo:** O artigo discute a relação entre a crítica e a produção literária realizada por mulheres no Brasil do final do século XIX a meados do século XX. Inicialmente, analisa-se a questão do cânone e sua relação com a produção literária, explorando os mecanismos de regulação das publicações literárias. Posteriormente, identificam-se os critérios adotados pela crítica na avaliação de obras literárias realizadas por mulheres.

**Palavras-chave:** Cânone literário. Crítica literária. Mulheres escritoras.

**Abstract:** This article discusses the relation between the literary production and the literary criticism produced by women in Brazil from the late 19<sup>th</sup> century to mid 20<sup>th</sup> century. Initially, the question of the canon and its relationship with the literary production will be analyzed, exploring the mechanisms regulating the publication of literary texts. Subsequently, the criteria adopted by the critics in the evaluation of literary works written by women will be identified.

**Keywords:** Literary canon. Literary criticism. Women writers.

Na tradição literária brasileira, as produções ficcionais são reunidas ao conjunto canônico que satisfaz às demandas coletivas de um projeto político e ideológico de nação no final do século XIX e início do século XX (COSTA LIMA, 1981, p.30-53). Esse projeto estava diretamente relacionado aos propósitos de uma história oficial, que tinha na integração nacional o seu principal estímulo. O empenho na elaboração de histórias literárias no Brasil esteve ligado ao processo de independência política. A pesquisadora Regina Zilberman (1999, p.25) explica que “a história da literatura brasileira nasceu com o país a que se

---

\* Possui graduação (2005) e mestrado (2007) em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Concluiu o doutorado em História na Universidade Federal de Santa Catarina (2014). Realizou estágio de Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (2020).

referia”. A separação política em relação a Portugal apressou o andamento de construção de uma identidade nacional. Esse movimento ganhou a adesão de diferentes segmentos sociais ao longo do século XIX e início do século XX, dentre os quais se destacam jornalistas, escritores e intelectuais.

Por conseguinte, a organização dos cânones literários no Brasil adotou o caminho de aproximação ou autonomia em relação às referências que provinham das metrópoles europeias, essenciais na construção do modelo estético. Esse caminho organizou os critérios para a escolha de textos identificados como “mais brasileiros”. No panorama da crítica literária brasileira dos anos 1870 ao desenvolvimento do Modernismo, os estudos de José Veríssimo (1857-1916), Sílvio Romero (1851-1914) e Tristão de Alencar Araripe Júnior (1848-1911) contribuíram imensamente para a organização dos cânones literários. Veríssimo (1977), Romero (1980) e Araripe Júnior (1958) foram responsáveis pela adoção de critérios literários fundamentados na nacionalidade da literatura brasileira. Reconhecidos pelas gerações seguintes de críticos, os autores procuravam explicar o Brasil, orientados pelo interesse de abranger as linhas evolutivas do processo de produção literária (BAUMGARTEN, 1997, p.57).

O crítico José Veríssimo, no livro *Primeiras Páginas* (1878), desenvolve uma compreensão sobre a nacionalidade da literatura brasileira. O crítico explica que “o verdadeiro ‘romance’ brasileiro é aquele que precisa dos fatos da vida do nosso sertão onde o genuíno povo brasileiro, o resultado dos cruzamentos, vive com seus hábitos, suas crenças e seu falar próprios” (VERÍSSIMO, 1977, p.158-159). Veríssimo entende que o romance de temática regionalista oferece “mais originalidade”, uma vez que se afasta dos modelos europeus e reivindica uma emancipação literária. Segundo o crítico, essa originalidade é apenas possível pelo empenho dos escritores no sentido de explorar as tradições, a língua e o território do Brasil. É no empenho exploratório de temáticas ligadas ao Brasil, como crenças e costumes, que Veríssimo confia ser possível o desenvolvimento de uma nacionalidade literária. Portanto, as manifestações literárias que não estivessem de acordo com o projeto de nação eram consideradas desviantes. A adoção do critério “nacionalidade” fez com que o próprio José Veríssimo (1969), no livro *História*

da *Literatura Brasileira*, publicado originalmente em 1916, deixasse de fora o movimento literário denominado simbolismo. Isso porque tal movimento não cumpria com o critério “nacionalidade”, o que levaria à desordem o mecanismo de transmissão ou de superação do modelo literário anterior.

Ao pensarmos aqui o movimento de formação dos cânones literários, é preciso trazer o conceito de “desvio”, desenvolvido pelos filósofos Gilles Deleuze e Félix Guattari (2014, p.33-53), para melhor atender o mecanismo de inclusão e exclusão de uma obra do conjunto literário do passado. As produções ficcionais que integram o rol de obras canonizadas estão interligadas numa linha do tempo. Estas produções ficcionais são organizadas dentro de uma longa cadeia textual cujo critério valorativo adota o percurso evolutivo e linear. A ideia de maior e menor está diretamente vinculada aos mecanismos de inclusão e exclusão operados pelas instâncias de legitimação dos cânones e, conseqüentemente, os critérios de inclusão são basicamente históricos.

As produções culturais desviantes são tomadas de negatividade na relação com os modelos canônicos, que estabelecem sintonia com padrões socioculturais de linearidade.

A literatura desviante adquire uma função de desestabilizar o referencial adotado como certo. Deleuze e Guattari (2014) explicam que o desvio diante do que é majoritário assume um caráter político. O desviante possui um caráter de novidade que provoca um movimento de deslocamento (DELEUZE; GUATTARI, 2014, p.36). Esse movimento é provocado por um processo de marginalização de grupos ou subgrupos étnicos, raciais, gênero e culturais colocados fora de padrões socioculturais aceitos e predominantes, extrapolando o critério de medida já conhecido (DELEUZE, 2011, p.51-72). Isso implica, portanto, no processo de marginalização social e política no interior do campo literário.

Dessa forma, com o conceito de “desvio”, é possível identificar os cânones cristalizados pela tradição que servem de parâmetros de exclusão pelas instituições. Essa exclusão caracteriza-se pela marginalização e desvalorização de obras ficcionais que não se enquadram nas correntes estéticas consideradas determinantes na evolução histórica da literatura brasileira. O movimento de exclusão sinaliza para uma tentativa de “apagar” as obras de caráter particular.

Esse processo impacta profundamente o exercício de entendimento e de interpretação da produção ficcional do final do século XIX a meados do século XX. As obras ficcionais excluídas não corresponderiam às demandas condizentes de um cânone, não apresentando propriedades estéticas e temáticas convencionadas pela crítica literária do período. As produções ficcionais estariam numa condição intermediária entre escolas ou tendências estéticas, o que poderia acarretar numa espécie de desordem dos índices cronológicos da história da literatura. Entretanto, as obras consideradas não-canônicas podem contribuir para a inserção da temporalidade no campo das letras, de modo a possibilitar a compreensão de aspirações contraditórias na produção literária de cada época (BENE; DELEUZE, 1979, p.97-98). Além disso, as obras excluídas podem, por oposição, contribuir para com o entendimento dos critérios adotados na seleção. É o caso dos textos escritos por mulheres, uma vez que estes foram gradativamente excluídos ou suprimidos dos cânones literários.

A crítica literária do final do século XIX a meados do século XX, atrelada com o projeto político e ideológico do período, promove um mecanismo de seleção e exclusão que resulta na formação do patrimônio literário da nação (GINZBURG, 2012, p.120-122). O ingresso nos cânones literários implica na qualidade superior, quase sempre alçando a obra ao estatuto de exemplar. Essa condição possibilita que a obra literária receba privilégios ligados à perenidade e ao exemplar. Com tais atributos, a obra literária assume sentido atemporal e pedagógico, uma vez que as características da própria obra passarão por um processo de controle da crítica literária. Esta dispõe de amplos poderes no controle de acesso aos cânones, pois é o grupo de críticos que define o que é literatura e, portanto, responsável por emitir o julgamento de valor sobre o objeto literário.

Outro aspecto a ser levantado é referente às práticas discursivas sociais, especialmente a relação entre a literatura e as movimentações nos campos ligados à cultura, ao social, à política e ao econômico. A organização de um arquivo de obras canônicas está vinculada ao lugar da gestão da memória, bem como ao campo do esquecimento. O entendimento de arquivo deve estar atrelado aos mecanismos de poder, que orientam, segundo Jacques Derrida, a

“participação e o acesso ao arquivo, à sua constituição e à sua interpretação” (DERRIDA, 2001, p.16).

No aporte epistemológico contemporâneo, o entendimento de literário ganha uma dimensão transitória, adquirindo a condição de dependência em relação ao contexto histórico no campo das formas culturais (SHOWALTER, 1994, p.38-39). A articulação entre arte e cultura permite que ocorram aprofundamentos de questões ligadas à relação da literatura com representações culturais e com modos de subjetivação, incidindo sobre as relações saber/poder que regulam as construções de controle e legitimação do processo de formação dos cânones literários (BOURDIEU, 1996, p.244).

O objetivo é evitar a classificação que conduz às qualificações do tipo “alta” e “baixa” literatura ou “cânone” e “contracânone”. O interesse em fazer uso dos cânones literários reside na tentativa de pensar as aproximações e afastamentos em relação às obras “desviantes”. Isso porque tais qualificações são construções que correspondem a determinada época (BARBERENA, 2013, p.280). O interesse em investigar inclusões e exclusões conduz aos caminhos que levaram às escolhas políticas das obras que comporiam os arquivos literários de uma nação. Portanto, o enfrentamento crítico da designada produção desviante nos possibilita ampliar o horizonte estético além daquele institucionalizado pelos cânones (COHEN, 2001). Ou seja, é possível compreender a movimentação de exclusão como produtora de diferenças, trazendo à luz outros critérios de valoração de obras, que ficaram esquecidas por não se adequarem aos critérios daqueles responsáveis pelo processo de canonização.

É com as obras literárias excluídas que é possível apreender uma diversidade estética de uma época. No universo das obras excluídas, a experiência de ser não-autorizado prepara um espaço de liberdade cuja independência ilumina os fenômenos de anacronismo, desatualização e policromia de um mesmo momento da cultura. A intenção é se posicionar criticamente em relação às abordagens totalizantes e coerentes da literatura brasileira, tomando como base a compreensão de uma história literária inacabada e plural. A reflexão visa justamente problematizar a escrita de “formação” da história da literatura brasileira baseada no percurso evolutivo e

acumulativo de estilos, formas e temas literários, encadeados de forma linear e coerente no projeto político e ideológico de nação desenvolvido por escritores, jornalistas e intelectuais entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX.

O interesse é justamente incorporar as abordagens críticas que compreendem a produção de histórias literárias como representações de uma tradição inventada. O objetivo não é descartar a produção dos cânones, mas sim compreendê-lo em perspectiva, entendendo que são feitas escolhas com base em “fatores culturais, políticos, sociais e pessoais” (MOI, 1988, p.55). Assim desmontados, os mecanismos de regulação literária contribuem para explicar melhor a relação entre mulheres escritoras e a crítica literária do final do século XIX a meados do século XX.

### **A crítica literária e as escritoras mulheres**

A grosso modo, a crítica literária do final do século XIX a meados do século XX simplificava a produção ficcional realizada por mulheres, apontando para um resultado com “características tipicamente femininas” (DUARTE, 1997, p.91). É este tipo de crítica que produzia o efeito de inferiorização da escrita realizada por mulheres. Isto é, a análise dos escritos produzidos por mulheres passa a ser realizado por uma espécie de filtro das política-culturais majoritárias do período. Quando algum romance produzido por uma mulher era dado como proeminente, a obra literária era seguida de uma rubrica que indicava ser uma produção feminina.

Nesta distinção, induz a pensar em dois campos simultaneamente de modo conjunto e separado: “o romance” e o romance escrito por mulher. O jogo de forças entre os dois campos é submetido a uma variação praticamente constante na qual o romance escrito por mulher é apenas um desdobramento do romance de autoria masculina (LEMAIRE, 1994, p.58-71). Dificilmente um escritor é alvo de crítica por ter produzido uma obra “masculina” ou por ter se dedicado a abordar temas de interesse masculino. Entretanto, o mesmo não pode ser afirmado para as escritoras, que correm o risco de serem avaliadas a partir da rubrica de gênero.

Há que se perceber também que a experiência masculina como paradigma para a existência humana, por meio do emprego de categorias consideradas “universais”, contribui para a inferiorização da experiência feminina (NYA, 1995, p.218-220). E, ao se consolidar o estatuto masculino como universal, a literatura passa a adotar mecanismos de legibilidade associados aos sistemas de significações semânticas e simbólicas do universo imaginativo masculino (MÄDEA, 2015, p.83-88). À medida que se admite que o sujeito masculino é universal, inviabiliza-se o universo imaginativo feminino e diminui a importância da mulher escritora. Isso significa que a mulher não possui a capacidade de explorar temas de maior abrangência e considerados universais, como, por exemplo, conflitos do homem com Deus e com a natureza.

Por essa via é que se afirma que a generalização humana equivale ao substantivo “homem” e que o antecedente humano é representado invariavelmente pelo pronome “ele”. Essa perspectiva adquire uma grandeza política na medida que reflete a codificação de uma relação de poder que afirma a invisibilidade da mulher (MÄDEA, 2015, p.88). E como resultado deste rebaixamento, do ponto de vista da crítica, a produção literária realizada por mulheres ocupa um espaço periférico. (SANTIAGO, 1995, p.99-102).

Seguindo uma organização evolutiva-gradualista, José Veríssimo realiza um amplo levantamento da produção literária brasileira (VERÍSSIMO, 1969). O crítico organiza os escritores em dois grandes momentos: período colonial e período nacional. Nessa pesquisa, Veríssimo discorre sobre a primeira manifestação literária produzida em solo brasileiro, intitulada *Prosopopeia*, de autoria de Bento Teixeira (1561-1618), no ano de 1601 (VERÍSSIMO, 1969, p.37-8), e termina com a segunda fase da produção literária de Machado de Assis (1839-1908), que representa a prosa realista (VERÍSSIMO, 1969, p.285-290). Ao longo do livro, Veríssimo não mencionou nenhuma obra literária realizada por mulher.

Outra obra de relevo no cenário da crítica literária da primeira metade do século XX é *História da Literatura Brasileira: prosa de ficção (1870 a 1920)*, de Lúcia Miguel Pereira (1988). Publicado originalmente em 1950, o estudo abarca cinquenta anos de produção literária no Brasil, examinando vinte e três autores da ficção agrupados por semelhança de traços estilísticos. No estudo,

Pereira realiza um levantamento sobre a produção ficcional e menciona somente doze mulheres escritoras (PEREIRA, 1988, p.259).

Entretanto, desde o século XIX, as mulheres produziam literatura e participavam do circuito literário do país: saraus, salões, associações literárias, jornais literários (D'INCAO, 2004, p.223-240; PEREIRA, 2013, p.15-20). Ou seja, foi uma produção que participou do desenvolvimento literário do país, mas foi colocada à margem das obras canônicas pela crítica literária por uma série de motivações: a não conformação as tendências estéticas do período e sobretudo por serem mulheres. É justamente por meio de uma assimetria social entre os sexos que se materializa um tipo feminino, sustentado numa visão estereotipada da feminilidade. A crítica, portanto, se caracteriza, a grosso modo, por se amparar mais numa construção social e política relacionada à autoria do que nos atributos inerentes ao próprio texto.

A própria produção ficcional realizada por homens contribuiu por vezes para a padronização da representação da mulher. As mulheres eram representadas abundantemente na literatura mundial escrita por homens. Conforme Michelle Perrot (2005, p.22),

[...] uma abundância, e mesmo um excesso, de discursos sobre as mulheres; avalanche de imagens, literárias ou plásticas, na maioria das vezes obra dos homens, mas ignora-se quase sempre o que as mulheres pensavam a respeito, como elas viam ou sentiam.

Interessa observar que a difusão das representações femininas nas obras realizadas por escritores homens é, às vezes, regida por uma visão negativa da mulher, caracterizada pelo instinto e limitações do intelecto (BRANCO; BRANDÃO, 2004). Essa frequência na produção ficcional masculina autoriza a dizer, segundo Virginia Woolf, que as mulheres na literatura eram criações dos homens (WOOLF, 2019, p.9-19). Essa produção literária adotava, explícita e implicitamente, uma função pedagógica, difundindo comportamentos femininos socialmente esperáveis.

No Brasil, o cenário se repete com a produção ficcional realizada por homens. No romance *Senhora* (1874), do escritor cearense José de Alencar (1829-1877), é salientado a posição da mulher burguesa no matrimônio. A protagonista Aurélia tem uma postura de passividade e dependência à figura



masculina (ALENCAR, 2013). Na obra *Os dois amores* (1848), do médico e escritor Joaquim Manuel de Macedo (1820-1882), a vocação materna é exibida como um traço constitutivo da “natureza” feminina (MACEDO, 1964). Já o escritor mineiro Júlio Ribeiro (1845-1890), na obra naturalista *A carne* (1888), destaca a necessidade de controlar a “natureza” feminina voltada para o desejo carnal, uma “necessidade orgânica de macho” (RIBEIRO, 2002).

A mulher da segunda metade do século XIX e início do século XX era descrita pelo discurso médico pela emotividade. A sua natureza instintiva e irracional não admitia, dentro dessa ótica de caráter determinista biológico, desenvolver práticas ligadas ao intelecto. A compreensão da medicina da época colocava a mulher à margem do processo humano cognitivo (ROHDEN, 2002, p.119-120). Ou seja, a mulher estava afastada das práticas ligadas ao conhecimento. A produção ficcional não correspondia ao mundo destinado à mulher.

Influenciados pelo discurso médico do final do século XIX a meados do século XX, escritores, jornalistas e intelectuais entendiam que a mulher não apresentava condições cognitivas e nem vivência em assuntos denominados “universais”, como política, questionamentos existenciais, entre outros (PERROT, 2007; SOIHET, 2016, p.218-237). A crítica literária entendia que os enredos estariam relacionados à vivência doméstica das mulheres, como criação de filhos e outros afazeres. Além disso, quando eventualmente uma obra realizada por uma mulher ganhava o respeito estético da crítica literária, o reconhecimento ocorria de acordo com as características do masculino: forte, viril, duro (DUARTE, 1997, p.91). Assim, o que se vê é um grupo de críticos homens que decidem os padrões do que é bom e ruim da produção literária brasileira, adotando como base as relações de poder da sociedade patriarcal.

Com uma larga produção bibliográfica, o poeta, jornalista e crítico Guilhermina César destaca-se pela contribuição aos estudos literários de meados do século XX. Na obra *História da Literatura no Rio Grande do Sul*, publicada originalmente em 1956, César realiza uma exaustiva pesquisa sobre a produção ficcional do estado sul-rio-grandense entre os anos de 1737 e 1902 (CÉSAR, 1971). Das obras analisadas pelo crítico, algumas poucas eram de

mulheres. César utiliza, na avaliação das obras ficcionais realizadas por mulheres, critérios relacionados aos atributos femininos e masculinos.

O crítico submete as obras a uma variação praticamente constante na qual a obra escrita por mulher é avaliada a partir de um ponto de vista androcêntrica. Através das representações do masculino e do feminino estabilizadas nas primeiras décadas do século XX, César direciona os comentários críticos sobre a produção literária de escritoras mulheres. As expressões “pobre mulher” e “infeliz”, por exemplo, são empregadas nas descrições das escritoras. Tais expressões eram utilizadas para explicar as informações ligadas às trajetórias pessoais das escritoras, como, por exemplo, “enjeitada” e “abandonada pelo noivo”. A poesia da precursora da literatura gaúcha Delfina Benigna da Cunha (1791-1857) é apresentada como uma “verdadeira fisionomia moral da mulher afetuosa e infeliz, flor bizarra de um acampamento de guerra” (CÉSAR, 1971, p.102). Essas expressões ligadas ao feminino estavam associadas à produção ficcional realizadas por mulheres.

O crítico destaca também a ausência de qualidade nos textos ficcionais escritos por mulheres. Segundo o crítico, essa ausência devia-se, em parte, ao “ambiente hostil” em que as mulheres escritoras viviam (CÉSAR, 1971, p.102). Por esse motivo, César destacava a importância desse pequeno grupo de mulheres que conseguiram se sobressair na literatura diante de todas as obrigações que pertenciam a elas ao longo do século XIX e início do século XX: esposas, mães e filhas. Esse cenário era por si só, conforme César, suficiente para estabelecer uma crítica condescendente.

O crítico também compreende que os assuntos desenvolvidos pelas mulheres deveriam pertencer à esfera privada. Ou seja, as produções ficcionais de maior aceitação estariam ligadas ao universo familiar, uma vez que era o ambiente “natural” das mulheres.

Para a narrativa se manter coerente e natural, César sugere aspectos a serem seguidos: “não abusou das tintas, não escolheu vocábulos, nem elegeu temas arbitrários ou inalcançáveis pelo seu voo” (CÉSAR, 1971, p.159). Em função dessa restrição social, César entende que as mulheres não estavam preparadas intelectualmente e nem possuíam vivência satisfatória para

desenvolver assuntos relacionados ao universo masculino, como a política e a economia.

### Considerações finais

A partir do conceito de literatura desviante, é possível identificar os cânones cristalizados pela crítica literária que servem de parâmetros de exclusão. As obras excluídas contribuem para com o entendimento dos critérios utilizados na seleção. É o caso dos textos escritos por mulheres, uma vez que estes foram gradativamente excluídos ou suprimidos dos cânones literários.

A crítica literária do final do século XIX a meados do século XX tende a inventariar a produção literária do Brasil, privilegiando a produção ficcional masculina em detrimento daquelas realizadas por mulheres, uma vez que esta estava associada à produção de qualidade inferior. Quando as escritoras eram mencionadas, a crítica literária não se aprofundava nas respectivas obras. Esses estudos da crítica literária, portanto, materializam um cenário literário marcadamente masculino do final do século XIX e início do século XX.

### Referências

- ALENCAR, José. **Senhora**. São Paulo: Penguin Companhia das Letras, 2013.
- ARARIPE JÚNIOR, Tristão de Alencar. **Obra crítica**. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1958.
- BARBERENA, Ricardo Araújo. O limiar dos estudos literários e culturais na pós-modernidade: fazeres indisciplinados e práticas contrabandeadas. In: BITTENCOURT, Rita Lenira de Freitas; SCHMIDT, Rita Terezinha (Orgs.). **Fazeres indisciplinados: estudos de literatura comparada**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013, p.273-286.
- BAUMGARTEN, Carlos Alexandre. **A crítica literária no Rio Grande do Sul: do romantismo ao modernismo**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.
- BENE, Carmelo; DELEUZE, Gilles. **Superpositions**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1979.
- BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- BRANCO, Lucia Castello; BRANDÃO, Silviano Brandão. **A mulher escrita**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2004.

CÉSAR, Guilhermino. **História da Literatura do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. Globo, 1971.

COHEN, Margaret. Une reconstruction du champ littéraire, faire oeuvre du “désordre du siècle”. **Littérature**, Paris, n. 124, p.23-37, 2001.

COSTA LIMA, Luiz. A crítica literária na cultura brasileira do século XIX. In: \_\_\_\_\_. **Dispersa demanda**. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1981, p.30-56.

DELEUZE, Gilles. **Crítica e clínica**. 2º ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Kafka**: por uma literatura menor. Belo Horizonte, 2014.

DERRIDA, Jacques. **Mal de arquivo**: uma impressão freudiana. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

D’INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004, p.223-240.

DUARTE, Constância Lima. O cânone literário e a autoria feminina. In: AGUIAR, Neuma (Org.). **Gênero e Ciências Humanas**: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres. Rio de Janeiro: Record/ Rosa dos Tempos, 1997, p.86-94.

GINZBURG, Jaime. **Crítica em tempos de violência**. São Paulo: Edusp, 2012.

LEMAIRE, Rita. Repensando a história literária. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Tendência e impasses**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p.58-71.

MACEDO, Joaquim Manuel de. **Os dois amores**. São Paulo: W. M. Jackson Inc. Editores, 1964.

MÁDEA, Guilherme Ribeiro Colaço. **Masculino genérico e sexismo gramatical**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, SC, 2015.

MOI, Toril. **Teoría literaria feminista**. Madrid: Cátedra, 1988.

NYE, Andrea. **Teoria feminista e as filosofias do homem**. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1995.

PEREIRA, Lúcia Miguel. **História da Literatura Brasileira**: prosa de ficção (1870-1920). Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1988.

PEREIRA, Milena da Silveira. **A crítica oitocentista nos alicerces da literatura e da história do Brasil**. Tese (Doutorado), Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho” – UNESP, Franca, SP, 2013.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: EDUSC, 2005.

\_\_\_\_\_. **Minha história das mulheres**. 2º ed. São Paulo: Contexto, 2007.

RIBEIRO, Júlio. **A carne**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

ROHDEN, Fabíola. Ginecologia, gênero e sexualidade na ciência do século XIX. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, n.17, p.101-125, 2002.

ROMERO, Sílvio. **História da literatura brasileira**. 7 ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: INL, 1980.

SANTIAGO, Silviano. Arte masculina? In: NOLASCO, Sócrates (Org.). **A desconstrução do masculino**. Rio de Janeiro: Rocco, 1995, p.99-102.

SHOWALTER, Elaine. “A crítica feminista no território selvagem. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Tendências e impasses**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p.23-57.

SOIHET, Rachel. A conquista do espaço público. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2016, p.218-237.

VERÍSSIMO, José. A Literatura brasileira: sua formação e destino. In: \_\_\_\_\_. **Teoria, crítica e história**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1977, p.155-162.

\_\_\_\_\_. **História da Literatura Brasileira**. 5<sup>o</sup> ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1969.

WOOLF, Virginia. Mulheres e Ficção. In: \_\_\_\_\_. **Mulheres e Ficção**. São Paulo: Penguin; Companhia das Letras, 2019, p.9-19.

ZILBERMAN, Regina. História da Literatura e Identidade Nacional. In: JOBIM, José Luíz (Org.). **Literatura e Identidades**. Rio de Janeiro: J. L. J. S. Fonseca, 1999, p.23-55.

*Recebido em Outubro de 2021*  
*Aprovado em Dezembro de 2021*